

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
HISTÓRIA DE MINAS GERAIS – UM ENFOQUE REGIONAL

Objetivos e Metodologia:

O curso visa fornecer aos alunos e graduandos do curso de História os fundamentos do processo de formação e consolidação históricas da região da Zona da Mata de Minas Gerais, bastante diferenciadas daquelas que marcam outras regiões de Minas. O curso enfoca os principais componentes econômicos e sociais do processo, estreitamente associado com a expansão cafeeira de exportação que caracterizou o centro-sul brasileiro entre o início do século XIX e as primeiras décadas do século XX. São utilizados instrumentos teóricos e conceituais identificados com a *Global Commodities Chains*, abordagem que enfatiza a constituição do mercado mundial-capitalista a partir do século XVI, formas de organização e divisão internacional do trabalho, além e principalmente da percepção que articula diretamente as esferas de produção (disponibilidade de recursos e formas de organização do trabalho), associados à dimensão local / regional, e os países consumidores, por sua vez, associados à dimensão global e estruturas mundiais da economia capitalista. É desta articulação entre o local/global que tiramos os principais vetores que podem explicar a formação histórica da região.

O curso será realizado a partir de leituras individuais da apostila de conteúdo e de textos complementares, permeadas de discussão e solução de dúvidas por parte dos alunos,

As avaliações serão realizadas em duas etapas implicando a entrega de três resenhas sobre os textos fornecidos, com no máximo duas páginas cada, cabendo ao aluno a escolha dos textos a serem resenhados.

PROGRAMA E CRONOLOGIA

I – Introdução: a formação do mercado mundial capitalista e a inserção do Brasil na economia mundial

II – Economia Regional e Expansão Cafeeira no Brasil 1830 / 1930

1. A noção de Região e sua Aplicação na Análise Histórica
2. Sistema de Uso do Solo e a Economia Cafeeira
3. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras
4. Efeitos de Encadeamento, Complexo Agroexportador e o Processo de Industrialização

III – A Economia Cafeeira em Minas Gerais

1. Zona da Mata: Questões Historiográficas e Interpretações Recentes
2. Uma necessária delimitação histórico-regional
3. Regime de Propriedade da Terra e Expansão Cafeeira na Zona da Mata
4. Comercialização e Financiamento da produção
5. Relações de Produção e Transição Capitalista
6. A Industrialização de Juiz de Fora

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. *A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana – 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ALMICO, R. *Fortunas em Movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora – 1870/1914*. Dissertação (Mestrado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 2001.

ANDRADE, S.B. *A Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1987.

BLASENHEIM, P. “*Uma História Regional: a zona da Mata mineira.*” In **V Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: UFMG/PROEP, 1982.

BIRCHAL, S. *Entrepreneurship and the Formation of a Business Environment in Nineteenth-Century Brazil: the case of Minas Gerais*. PhD Dissertation, London School of Economics, 1994.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.

_____. “Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras.” In: **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, 15 (2), maio/ago, 1985. pp. 291-306.

CARDOSO, C. F. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASTRO, A. B. *Sete ensaios sobre economia brasileira*. 3 Ed. São Paulo: Forense Universitária, 1980.

COSTA, E. V. *Da Senzala à Colônia*. 2 Ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

COSTA, F. N. *Bancos em Minas Gerais – 1889/1964*. Dissertação (Mestrado em Economia) – UNICAMP, Campinas, 1978.

DEAN, W. *Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

FRAGOSO, J. L. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul – 1890/1920*. Dissertação (Mestrado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

FRANCO, M. S. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3 Ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FRITSCH, W. “Apogeu e Crise na República Velha: 1900/1930”. In: ABREU, M. **A Ordem do Progresso**.

FURTADO, C. *Formação economia do Brasil*. 18 Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

GIROLETTI, D. *A Industrialização de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980.

GREENHILL, R. “The Brazilian Coffee Trade”. In PLATT, D. **Business Imperialism, 1840-1930**.

HABER, S. (org.) *How Latin America fell behind – essays on the economic histories of Brazil and México, 1800-1914*. Stanford University Press, 1997.

HIRSCHMAM, A. “Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: uma abordagem generalizada” In SORJ et alii. **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LAMAS, F. et ali. *A Zona da Mata Mineira: Subsídios para uma Historiografia*.

<https://drive.google.com/file/d/1dyaKBIUmDSy1bF3FqgqVOqtRlc0qZa6X/view?usp=drivesdk>

LANA, A. L. *A Transformação do Trabalho: a passagem para o trabalho livre em Minas Gerais – 1870/1920*. Dissertação de Mestrado – UNICAMP, Campinas, 1985.

LEVY, M. B. *A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1994.

LIMA, J. H. *Café e Indústria em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MARQUESE, R. e TOMICH, D. *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX*.

<https://drive.google.com/file/d/1kKUTJ-cxPZCEFRgMhaOowAQyAYShFj75/view?usp=drivesdk>

MELLO, J. M. C. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MERCADANTE, P. *Os Sertões do Leste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MIRANDA, S. R. *Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1990.

PAULA, M. C. *As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930/1970*. Belo Horizonte: UFMG, 1976.

PEDROSA, M. X. U. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – A Zona da Mata*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, vol. 9, 1962. pp. 189-230.

PELAEZ, C. M. “Análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café – 1906/1945: teoria, política e mediação”. In: **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: FGV, out/dez, 1971.

PLATT, D. *Business Imperialism, 1840-1930: an inquiry based on British experience*. Orford University Press, 1977.

PIRES, A. (2004). “Café, finanças e bancos: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)”. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

doi:10.11606/T.8.2004.tde-02032006-172255. Recuperado em 2020-09-10, de www.teses.usp.br

_____. *Minas Gerais e a Cadeia Global da Commodity Cafeeira*. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, vol. 09 n. 01, jan/jul, 2007, Juiz de Fora.

<https://drive.google.com/file/d/198qfS707Axp2VcXxo7SUwgrwrihbxhWH/view?usp=drivesdk>

_____. *Tendências da Produção Agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais - 1870/1930*. **Locus: Revista de História**. vol. 3 n. 2, p. 119-154, Ed UFJF, Juiz de Fora, 1997.

<https://drive.google.com/file/d/17n2g4FyrJJ11AVheyCeWkume9djo-J9P/view?usp=drivesdk>

SHULZ, J. *A crise financeira da abolição – 1875/1901*. São Paulo: Edusp/Instituto Fernand Braudel, 1996.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

SLENES, R. *O Múltiplo de Porcos e Diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Campinas: IFCM/Unicamp, 1985.

SOUZA, S. *Além dos Cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói, 1994.

STOLCKE, V. *Cafeicultura – Homens, Mulheres e Capital*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SWEIGART, J. *Financing and marketing the Brazilian export agriculture: the coffee factors of Rio de Janeiro, 1850-1888*. PhD Dissertation, University of Texas, 1980.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importação ao capitalismo financeiro*. 10 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

TOMICH, D. (1992). Trabalho escravo e trabalho livre (Origens históricas do capital). *Revista USP*, (13), 100-117.

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i13p100-117>

TOPICK, S. AND CLARENTH-SMITH, W. G. *The Global Coffee Economy in Asia, Africa, and Latin America*. Cambridge University Press, 2003.

VALVERDE, O. *O Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 20 (1), jan/mar, 1959. pp. 3-82.

https://drive.google.com/file/d/1dFy1m1T3j80_oKNpEZK0uD6yTsSgehMI/view?usp=drivesdk

VERSIANI, M. T. *The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: beginnings and early development, 1868-1906*. PhD. Thesis, University College, London.

VILLELA, A., SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889/1945*. Rio de Janeiro: IPEA, 1973.

WIRTH, J. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira – 1889/1937*. 1 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

I – Introdução: a formação do mercado mundial capitalista e a inserção do Brasil na economia mundial

Texto Trabalho Escravo e Trabalho Livre de D. Tomich

Unidade 2– Economia Regional e Expansão Cafeeira

3.1. A Noção de Região e suas Aplicações na Análise Histórica – a Zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930).

- A primeira característica que se sobressalta ao estudioso de Minas Gerais no período desta análise constitui o fato de Minas, em que pese ter-se configurado numa unidade político-administrativa com contornos geográficos delimitados, ser na verdade a soma pouco integrada de diversas regiões com características sociais e econômicas significativamente diferentes entre si.

. Até o final do período aqui considerado, não havia se estruturado nenhuma força “unificadora” com potência suficiente para integrar economicamente o território mineiro num conjunto que lhe desse, neste sentido, identidade completa.

- O resultado desta situação, que J. Wirth chamou muito apropriadamente de “*mosaico mineiro*”, pode ser avaliado em um duplo aspecto:

. de um lado, na unidade mineira, o desenvolvimento de cada região se constituiu numa “*linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimento desarticulado e descontínuos*”.

. além disso, aquelas regiões que faziam parte daquele “*todo*”, se articularam muito mais com as outras unidades federais com as quais possuíam vizinhança do que com a unidade política e administrativa que integravam (o Sul e o Triângulo com São Paulo, o Norte com a Bahia, a zona da Mata com o Rio de Janeiro).

- Num contexto histórico como este qualquer generalização conclusiva, principalmente no âmbito da análise histórico-econômica, deve ser relativizada e (o que é mais importante para os nossos propósitos) *o recorte regional, mais que uma mera opção metodológica, se coloca quase como uma imposição*, fundamental para que se alcance uma aproximação entre o universo de análise e a realidade histórica que se pretende investigar.

. A região aqui em referência se coloca particularmente nesta situação. Se define por um conjunto de elementos determinados pela forma como se dá sua inserção no contexto histórico-social do qual faz parte e, de uma maneira geral, indica a presença de contrastes, rupturas e descontinuidades históricas que, ao se estabelecerem e predominarem em seu espaço próprio, fundamentam a sua homogeneidade interna e, portanto, fornecem as bases de sua diferenciação enquanto objeto de estudo.

. Frente à unidade político-administrativa da qual fazia parte (a província e futuro estado de Minas Gerais) é o próprio desenvolvimento e expansão de uma economia agrária voltada para exportação que marcará a diferenciação da região da Mata mineira. No correr do século XIX, sob o impacto do declínio da economia aurífera, as principais regiões da província passam por um processo de

reestruturação sócio-econômica, fundamentada numa significativa realocação dos fatores de produção, que acaba por resultar em uma economia agrária de alimentos, com maiores ou menores vínculos com vários focos de mercado interno existentes e cujo dinamismo econômico, mesmo que importante, está longe daquela que caracterizou o século XVIII mineiro.

. Ao contrário, a zona da Mata de Minas sofre no mesmo período um também significativo processo de estruturação de uma economia tipicamente agrária de exportação, responsável pela sua colocação gradual como região economicamente mais dinâmica da província, ou mesmo, tomando-se como critério a base fiscal do aparelho administrativo providencial, pela transferência do eixo econômico de Minas Gerais para a própria zona da Mata, em que pese a relativa exigüidade de seu espaço interno frente às dimensões do território mineiro. Apesar de representar com seus 35.000 Km² apenas 5% deste território, a zona da Mata foi, até o início do século XX, a região mais rica do estado de Minas Gerais por apresentar as melhores condições físicas para o cultivo do produto que na época era a principal riqueza do país.

. Até a década de 1920 foi a principal produtora de café do estado, numa proporção que varia de 90% na década de 1880 até 70% na década de 1920, é isto em relação a um produto que entre 1870 e 1930 ocupou sozinho cerca de 60% do total das exportações do estado e foi responsável pela significativa maioria dos impostos provenientes da exportação, com 60% na década de 1870 e 78,2% na década de 1920.

. Na esteira da expansão cafeeira, a evolução histórica, o *ritmo e o padrão de desenvolvimento econômico da zona da Mata* destoam significativamente daqueles que caracterizam o conjunto da “unidade” mineira. Mais que isso, representam, pelo menos num certo sentido, uma “*ruptura*” com a própria formação histórica do estado, fundamentada em suas linhas gerais no já referido “*século XVIII mineiro*”. Sobre este aspecto assim se expressou um antigo historiador da região:

“ (...) Esta zona é por vários motivos a que, no processo geral de desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete todas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o eclétismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecimento até o fim da centúria anterior. (...) A zona da Mata é a ruptura com o passado histórico de Minas Gerais (...) ”.

(PEDROSA, M. X. U. *Zona Silenciosa da Historiografia Mineira – A Zona da Mata*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, vol. IX, 1962. p. 189)

- Esta ruptura com a evolução histórica do conjunto da “*unidade mineira*” pode ser confirmada por determinadas análises que, mesmo desconsiderando a complexidade regional da História de Minas e subestimando o significado de sua região agroexportadora mais importante, vêm ao encontro do que temos argumento aqui. Para Roberto Martins, a presença de uma economia cafeeira no interior do

território do estado é de tal forma estranha ao conjunto mineiro que ele a qualifica como um “*enclave*”, um corpo alheio e marginal, uma “*estreita faixa*” próxima ao Rio de Janeiro e sem maiores vínculos com o restante da economia mineira, com a qual *não compartilharia a “alma”*, corretamente identificada com a produção agrícola de mercado interno. De acordo com o autor:

“ (...) *A emergência do setor cafeeiro e seu rápido crescimento após a metade do século não alteram o quadro. A região cafeeira foi, desde o início, um enclave exportador que não teve praticamente nenhum impacto na vida econômica do resto da província. Ela era uma extensão da cafeicultura fluminense e todas as suas ligações eram com o mercado do Rio de Janeiro (...)* ”.

(MARTINS, R. *A Economia Escravista em Minas Gerais no Século XIX*. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1982, p. 39; MARTINS, R.; MARTINS, A. *Slavery in Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited*. **Hispanic American Historical Review**, 63 (3), 1983, pp. 537-568.

- Por outro lado, se tomarmos como corretas, por exemplo, as conclusões de um trabalho recente acerca da industrialização ocorrida em Minas Gerais, verificamos que *os padrões de acumulação de capital* e as conjunturas às quais estarão submetidos não devem ser considerados, para as distintas regiões do estado, como processos homogêneos.

“ (...) *análises recentes da história econômica de Minas Gerais têm enfatizado o singular processo de crescimento de sua economia no século XIX; e é geral o acordo de que este crescimento não foi diretamente vinculado às exportações. Minas Gerais era uma economia essencialmente não exportadora, na qual o setor cafeeiro tinha a natureza de um enclave. Neste sentido, mudanças nos recursos originados das exportações não afetariam direta ou significativamente o nível de renda da província. Como há indícios de que a indústria mineira supria principalmente de mercados da própria província, segue-se que a demanda de sua produção não estaria diretamente dependente do nível das exportações. Além disso, como uma economia não exportadora, Minas Gerais não se beneficiou de melhorias induzidas pela produção de exportação (...)* ”.

(VERSIANI, M. T. *The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brasil: Beginnings and Early Development, 1868-1906*. PhD. Thesis, University College, London, 1991, p. 17)

- A caracterização da economia cafeeira da Zona da Mata como um “*enclave*”, por exemplo, não resiste ao menor confronto com a realidade. Os elementos básicos da definição de uma economia de enclave (proprietários ausenteístas, inexistência de vínculos com o contexto sócio-econômico no qual está inserida, não ocorrência de um processo de diversificação econômica, etc.) estão absolutamente ausentes do universo histórico da Mata, região economicamente mais dinâmica do estado e que sofrerá um significativo processo de industrialização, expansão comercial, organização financeira, entre outros.

- Outro exemplo que deve ser destacado neste sentido se refere a algumas análises relativas ao processo de industrialização de Minas Gerais: em geral concluem, corretamente, que a indústria em Minas surgiu e se desenvolveu de forma extremamente descentralizada, com destaque para as regiões

não exportadoras, *mas desconsideram o mero fato de que existem processos de industrialização em áreas de produção agrícola de mercado interno, isto não significa, necessariamente, que naquelas regiões predominantemente agroexportadoras do estado o processo de industrialização não tenha fortes vínculos com o setor cafeeiro.*

- Assim, nos parece que o predomínio da produção cafeeira serve como um importante elemento diferenciador (por sua natureza) e delimitador (em relação ao seu espaço) da economia da Mata no interior de Minas.

- Contudo, também no que diz respeito a outros núcleos de produção agroexportadores (principalmente Rio de Janeiro e São Paulo) pode-se perceber algumas especificidades presentes na Mata mineira que justificam a sua caracterização como uma região diferenciada. Aqui, de início, o contexto fundamental a que se faz referência é o Vale do Paraíba fluminense, com o qual a região mantém traços importantes de identificação: a contigüidade espacial, uma estrutura sócio-econômica homogênea, uma formação histórico-social originada de um mesmo processo matriz, uma aristocracia fundiária com vários traços comuns, inclusive consangüinidade, entre outros. No entanto, em que pese tantos aspectos comuns, também são visíveis os elementos que marcam a diferenciação, inviabilizando a percepção da região da Mata mineira como uma mera extensão, como querem tantos, da economia agroexportadora fluminense.

- Levando em consideração o comportamento secular da produção cafeeira, por exemplo, se evidenciam grandes diferenças entre os núcleos de produção agroexportadores fluminense e da Mata de Minas. Região interiorana, destituída de um núcleo de comercialização exportador em seu espaço interno, a zona da Mata, acaba por eleger o centro comercial do Rio de Janeiro como espaço privilegiado da exportação de sua produção. No entanto, a distância frente à Corte e futura capital federal e, principalmente, a inexistência de uma malha viária dotada de um mínimo de condições de transporte fizeram com que a efetiva *incorporação produtiva* da zona da Mata só ocorresse em meados do século XIX, marcando uma defasagem no “*ciclo*” da produção agroexportadora de ambas as regiões.

. Para se ter uma idéia, a produção do Rio de Janeiro atinge 1 milhão de arrobas na década de 1830, montante que Minas, no período com sua produção reduzida praticamente à zona da Mata, só obtém na década de 1860. Entre 1850 e 1851 a produção de Barra Mansa correspondia isoladamente a 85% da produção de toda província de Minas Gerais.

- Tal situação fará com que as condições objetivas da produção, determinadas fundamentalmente pela existência de matas virgens disponíveis para a expansão cafeeira, sejam significativamente mais favoráveis na Mata mineira que no Vale do Paraíba fluminense no final do século XIX, quando se

intensifica o processo de crise do sistema escravista e de expansão capitalista. As tabelas e gráficos que se seguem deixam claras as tendências que estamos querendo ressaltar aqui.

- No entanto, quando analisamos as mesmas condições da produção cafeeira da zona da Mata com aquelas vigentes em São Paulo, também se percebem nítidas diferenças, desta feita em relação à visível inferioridade do potencial de acumulação do capital cafeeiro da Mata mineira. Com um processo de expansão que implica no esgotamento de suas fronteiras no início do século XX (quando a extensão da malha ferroviária atinge o norte da região e permite sua incorporação produtiva), a produção cafeeira da região esgota, *a longo prazo*, seu potencial de crescimento, caracterizando uma situação bem distinta com relação àquela de São Paulo, que mantém, como se sabe, um vigoroso processo de incorporação de fronteiras e potencial de crescimento da produção em todo o período de análise.

- Em outras palavras, a Zona da Mata apresenta uma *posição intermediária* frente aos núcleos agroexportadores do Rio de Janeiro e São Paulo no que se refere ao potencial de produção e de acumulação do capital cafeeiro: *se esteve longe do dinamismo que caracterizou o núcleo paulista, também não experimentou o quadro de crise e decadência testemunhado pelo núcleo fluminense.*

- Tal situação se torna particularmente importante se notarmos que vários aspectos das condições da transição escravista-capitalista, acima referida, serão delimitados pela capacidade de dinamização econômica do núcleo produtivo agroexportador, fundamental na determinação do consumo e investimento naquelas economias em que predominou.

- Dessa forma, os limites no interior dos quais vão se efetivar os vetores fundamentais desta transformação estrutural (o impacto maior ou menor da abolição da escravidão, a capacidade – ou não – de diversificação dos investimentos da aristocracia agrária, a forma como se cristalizam as relações de trabalho no pós-abolição, entre outras) estarão aí determinados e poderão assumir diversos matizes e formas.

- Neste sentido, a diferenciação das condições da produção agroexportadora das três regiões aqui em questão se torna um importante ponto de partida para a compreensão da transição capitalista na Mata mineira, dotada de várias especificidades, muitas ainda a serem pesquisadas e que, novamente, vêm reafirmar e fundamentar a sua caracterização como um espaço econômico dotado de homogeneidade interna e evolução histórica até certo ponto própria, passível de consideração como uma região delimitada e, portanto, como objeto de estudo distinto de pesquisa.

- Por fim, cabe ressaltar o próprio fato da região da zona da Mata pertencer à unidade político-administrativa mineira, uma interseção importantíssima a diferenciar as economias agroexportadoras

aqui em referência, na medida em que vão se submeter a um universo significativamente distinto que faz referência aos instrumentos e sentido da política econômica dos governos provinciais/estaduais, principalmente se tivermos em mente a autonomia destes com o advento da República e a sua importância diante do contexto de crise do sistema escravista e expansão capitalista: o acesso e a utilização dos recursos de empréstimos externos, política de imigração, estruturação da malha ferroviária, política tributária de exportação, incentivo ao crédito para o setor exportador, política de valorização do café, etc.

. Ressalte-se o fato de que a condução destes instrumentos de política econômica por parte dos governos estaduais vai depender de uma delicada conjunção e articulação dos interesses dos vários setores sociais presentes na órbita do poder estadual, tornando singular o caso de Minas Gerais dada a complexidade e diversidade econômica do “mosaico mineiro”, com a conseqüente reafirmação de setores sociais não necessariamente identificados com os interesses agroexportadores e que, invariavelmente, predominavam no núcleo do poder estadual.

Tabela 01
Participação das Exportações de Café sobre o Conjunto das Exportações do Estado de Minas 1896-1927

Ano	Exportação Total	Exportação de Café				
		<i>Imposto Ad Valorem</i>	<i>Sobre-Taxa de 3 Francos</i>	<i>Sobre taxa de 1\$/Saca</i>	<i>Total</i>	<i>% das Exportações Totais</i>
1896	15.560:569	14.304:049	-----	-----	14.304:049	91,92
1897	16.740:923	15.153:331	-----	-----	15.153:331	90,52
1898	13.791:017	11.553:953	-----	-----	11.553:953	83,78
1899	14.429:026	11.317:565	-----	-----	11.317:565	78,54
1900	10.474:054	7.916:202	-----	-----	7.916:202	75,57
1901	11.366:907	8.698:373	-----	-----	8.698:373	76,52
1902	10.107:673	7.502:477	-----	-----	7.502:477	74,23
1903	9.792:060	6.992:306	-----	-----	6.992:306	71,41
1904	10.533:361	7.231:484	-----	-----	7.231:484	68,65
1905	7.587:441	4.950:251	-----	-----	4.950:251	65,24
1906	8.530:561	5.808:584	-----	-----	5.808:584	68,09
1907	13.999:619	5.691:447	5.159:398	-----	10.850:844	77,51
1908	11.704:178	4.413:618	4.478:711	-----	8.892:323	75,98
1909	13.094:556	5.928:397	4.042:780	-----	9.971:177	76,15
1910	12.957:903	6.651:835	4.154:772	-----	10.806:607	83,40

1911	13.639:588	5.928:397	2.926:480	----	8.854:877	64,92
1912	17.306:199	9.475:841	3.577:602	----	13.053:443	75,43
1913	17.042:323	8.412:197	3.997:437	----	12.409:634	72,82
1914	12.548:826	6.381:201	2.299:598	----	8.680:799	63,33
1915	23.716:584	9.891:401	8.553:475	----	18.444:876	77,77
1916	18.807:076	7.703:485	3.893:864	----	11.597:349	61,66
1917	21.464:818	6.631:966	4.907:531	----	11.539:497	53,76
1918	21.989:344	7.088:790	4.248:059	----	11.336:849	51,56
1919	28.146:142	12.039:269	4.338:934	----	16.378:203	58,19
1920	27.386:359	11.922:634	3.341:335	----	15.263:968	55,74
1921	35.894:657	17.961:504	6.381:689	----	24.343:193	67,62
1922	33.154:712	17.624:779	5.602:971	----	23.227:749	70,06
1923	39.384:776	21.089:552	5.153:915	----	26.243:467	66,64
1924	57.120:502	35.023:903	6.601:985	----	41.625:888	72,87
1925	67.553:453	39.370:131	4.904:391	7.242:326	51.516:847	76,26
1926	63.740:130	35.249:243	9.675:611	11.600:594	56.525:449	88,68
1927	68.857:552	37.769:429	4.758:346	13.598:434	56.126:209	81,51

Fonte: MINAS GERAIS. **Carteira Estatística de Minas Gerais**. Serviço de Estatística Geral. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1929. p. 69

- A partir desta situação é que se pode compreender completamente as particularidades do “*complexo agroexportador mineiro*”. Ao contrário dos núcleos de produção do Rio de Janeiro e São Paulo, o espaço onde se desenvolveu a cafeicultura em Minas não foi capaz de “*homogeneizar*” o conjunto do território do estado, fazendo com que o núcleo de seu aparelho político-administrativo se apresentasse “*deslocado*” do espaço principal onde se desenvolveu a cafeicultura mineira.

. Os complexos cafeeiros que se desenvolveram no Rio de Janeiro e em São Paulo se fundamentam em pólos urbanos que centralizavam as funções de diversificação urbano-industrial com o *núcleo do poder e do aparelho político-administrativo* dos respectivos estados. Configurou-se, assim, uma convergência de forças decorrentes da própria diversificação do capital cafeeiro (desenvolvimento do setor comercial de exportação e importação, do sistema financeiro, do setor industrial, etc.) com a atuação e presença do aparelho de estado, fundamental para a mesma diversificação econômica, a partir da identidade de suas elites, com seu corpo de funcionários públicos, ampliação dos mercados consumidores urbanos, participação na construção da infra-estrutura, entre outros. O resultado foi um desenvolvimento urbano de enormes proporções que acaba por resultar no surgimento das duas maiores metrópoles que o país conheceu no período.

- Em Minas, esta convergência de forças jamais ocorreu. Devido à particular configuração e diversidade das regiões constitutivas do estado, o centro urbano que se beneficiou da diversificação do capital cafeeiro na principal região produtora, o município de Juiz de Fora, nunca se constituiu como núcleo do poder político-administrativo de Minas Gerais.

. Se associarmos esta situação à importância da cafeicultura como base fiscal do estado, podemos vislumbrar o que representou este deslocamento de forças como mais um *limite* ao referido processo de diversificação econômica e como mais um elemento a impingir uma natureza “*periférica*” ou “*marginal*” ao complexo regional, tanto no que se refere ao contexto mineiro quanto no quadro dos principais centros de produção agroexportadora que se desenvolveram no país no período aqui considerado.

- Quando confrontamos a complexidade e singularidade da evolução das estruturas sociais, econômicas e políticas da cafeicultura da Mata de Minas com as categorias fundamentais de análise da teoria dos Efeitos Encadeadores, uma extensão desenvolvimento da teoria do Produto Principal, podemos perceber um imenso potencial de análise que pode revelar muito acerca do objeto que temos em mente no presente estudo. Apenas o fato de ter *representado um dinâmico processo de crescimento econômico baseado em um produto de exportação em uma interiorana (ou seja, destituída tanto do espaço de exportação quanto do núcleo de seu aparelho político administrativo)*, já lhe configura uma natureza de exceção, no contexto geral da economia cafeeira do país, que torna o confronto com a teoria revelador.

2.2. O Sistema de Uso do Solo e a Economia Cafeeira

- Em um trabalho recente foram estabelecidas as principais bases para o entendimento da organização e funcionamento do processo produtivo agrário que vai predominar na economia agroexportadora cafeeira estruturada no país no correr do século XIX.

. Em que pese o fato de o referido estudo se restringir a um importante centro produtor do Vale do Paraíba fluminense – o município de Paraíba do Sul – a lógica fundamental desse processo produtivo “ (...) *não se restringiria aos estreitos limites de uma região, mas antes fora a base de largas áreas do Brasil (...)* ” (FRAGOSO, J. L. *Sistema Agrário em Paraíba do Sul, 1850/1920*. Dissertação (mestrado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1983), generalizações que nosso trabalho vem confirmar, na medida em que a região que constitui o objeto desta pesquisa vai se estruturar de acordo com os aspectos fundamentais da “*lógica*” desta manifestação particular de *organização social de um processo produtivo específico*, já que historicamente condicionado: sistema de uso extensivo do solo da economia agroexportadora cafeeira.

- O sistema de uso extensivo do solo deve ser entendido como resultado da racionalização das condições da produção, por parte dos agentes econômicos, numa das formas mais elementares em que estas possam se dar: disponibilidade das “*condições subjetivas*” e das “*condições objetivas*” da produção e de seu relacionamento proporcional determinado pelas condições históricas específicas do país no momento em que se organiza a economia cafeeira exportadora.

- De uma maneira geral, estas condições históricas ocorreram de forma tal que permitiram uma desproporção na disponibilidade das condições objetivas (**terra**) relativamente às subjetivas (**trabalho**) determinando os limites de atuação dos agentes econômicos que, ao organizarem o processo produtivo agroexportador, racionalizam aquelas condições na forma que lhe são dadas. Sendo assim, a estrutura desse processo produtivo vai se basear, fundamentalmente, na maior facilidade de acesso à terra relativamente ao trabalho, o que, num nível mais concreto, pode se traduzir em algumas características gerais.

- Em primeiro lugar, a *extorsão do trabalho excedente, em geral, vai pressupor alguma forma de coerção física sobre o produto direto*, originando relações de produção fundamentais no caráter compulsório do trabalho e do trabalhado.

. Além disso, ainda como parte integrante do processo geral de extorsão do trabalho excedente, *este produtor direto será responsável pela produção de sua própria reprodução, o que será possível pelo vínculo direto que manterá com a terra*; ou seja, no interior das unidades produtivas o trabalho necessário se concretizará na produção de alimentos (sistema de roça) o que, dado o pequeno tempo de trabalho nesta produção, vai permitir a concentração da maior parte de trabalho do produtor direto no trabalho excedente, concretizado na produção de café propriamente dita.

. Deve ficar claro que as mesmas condições históricas que vão condicionar o surgimento do sistema extensivo também podem ser traduzido numa pequena divisão social do trabalho, o que tornaria a intermediação do mercado para a reprodução do produtor direto mais dispendiosa, tendo em vista, vale repetir, o pequeno tempo de trabalho exigido para a produção de alimentos.

. A combinação da agricultura de alimentos com a agricultura de exportação vai possibilitar, portanto, uma forma singular de extorsão de excedente econômico neste sistema agrário, já que permite uma significativa redução dos “*custos*” de reprodução da força de trabalho através da diminuição do tempo de trabalho necessário, o que se torna de fundamental importância visto que ampliação do trabalho excedente ocasionado pelo desenvolvimento técnico – via aumento da produtividade –, como veremos, é inviabilizada.

- Em segundo lugar, a “*lógica*” do processo produtivo se traduzirá no menor “*custo*” do acesso à terra relativamente ao trabalho: *o acesso à terra vai, assim, substituir todo e qualquer aspecto ou alteração da estrutura produtiva que venha representar um dispêndio de mão-de-obra*; por exemplo, qualquer

forma de ampliação da produção se torna mais eficaz através da incorporação de mais terra ao processo produtivo do que com a recuperação dos solos esgotados, já que neste caso o dispêndio de trabalho seria superior.

- Esta característica também pode ser utilizada para explicar o *baixo nível de desenvolvimento tecnológico* que, em geral, marca o sistema de uso do solo da agroexportação: o acesso à terra permite a manutenção ou ampliação dos níveis da produção independente do avanço da tecnologia agrícola que, caso utilizada, ao contrário, representaria um maior custo em trabalho despendido se falar do capital propriamente dito.

. Desta forma torna-se muito mais radical, nos termos dos limites impostos pelas condições históricas descritas, para o agente econômico lançar mão à terra e reproduzir o sistema produtivo da forma como até então se encontra – daí a “*rotina*” da lavoura – da que investir na expansão tecnológica. Estamos, portanto, diante de uma forma de organização da produção que – ao contrário da dinâmica intrínseca do capitalismo – prescinde da expansão tecnológica sem que tal fato venha a ocasionar maiores danos à manutenção ou ampliação da produção, pelo menos a curto e médio prazos.

- Tais elementos, além de fundamentarem a natureza extensiva do sistema, vão determinar a forma geral em que ocorrerá o seu processo de reprodução. Uma descrição do movimento concreto do processo de reprodução deste sistema, tanto a simples quanto a ampliada, requer o dimensionamento das áreas em matas no interior das unidades produtivas.

. Na medida em que não há dispêndio de trabalho na recuperação dos solos esgotados – as capoeiras e os pastos – e se tivermos em mente o fato de que o cafezal possui um período de vida produtiva que varia de vinte a vinte cinco anos, no final do qual a produtividade cai substancialmente, a mera manutenção dos níveis da produção das unidades econômicas – ou a sua reprodução simples – vai depender da incorporação de terras que pelo fato de não terem sido ainda cultivadas estão com um nível normal de fertilidade.

. As unidades produtivas, refletindo todo este movimento, vão possuir uma área destas terras virgens, representadas pelas matas, como condições de sua sobrevivência econômica e para eventuais necessidades de ampliação da produção (reprodução ampliada). As áreas em matas vão representar, assim, de acordo com a sua dimensão, as maiores ou menores possibilidades de reprodução – e, portanto, condições da própria existência econômica – das unidades produtivas, e, a partir daí, não podem ser consideradas como simples “*reservas*” de terras, mas um componente importante da própria estrutura produtiva e de seu processo de renovação.

. Deve ficar claro que a ocupação das *áreas de fronteiras* é um componente essencial da persistência do sistema agrário. Essas áreas correspondem, ao nível de uma dada região, à função

e ao papel desempenhados pelas áreas em matas no interior das unidades produtivas, e, portanto, vão concretizar a condição essencial de permanência do sistema nos limites dessa região. O fim da área de fronteira vai corresponder, assim, à impossibilidade da região considerada continuar se fundamentado na agroexportação e nesta forma histórica de uso do solo.

- Em terceiro lugar, trata-se de um sistema cuja *produção se destina ao mercado internacional, ou seja, o processo de realização da produção ocorre num espaço externo aos limites econômicos e geográficos do sistema.*

. Tal característica vai provocar pelo menos duas conseqüências importantes na delimitação da lógica de funcionamento deste sistema agrário, ambas relacionadas a esta “*subordinação*” da estrutura produtiva ao mercado exterior e, portanto, às suas flutuações econômicas:

a) Primeiramente, a “*freqüência de cultivo*” vai estar diretamente condicionada aos movimentos tendências e tendências do mercado exterior, e determinando o ritmo da reprodução extensiva do sistema.

b) Em segundo lugar, estas mesmas variações de tendências se colocam, dada as características próprias deste sistema agrários, como fundamentais, junto com os movimentos cambiais, na determinação da remuneração dos agentes econômicos.

. Resumindo, numa economia em que, se por um lado, os impactos dos custos – principalmente aqueles determinados pela reprodução da força de trabalho – são atenuados pelo vínculo orgânico entre produção de alimento/produção de exportação, por outro lado, existem problemas de ganho de produtividade já que as possibilidades desta forma de ganho através da mecanização da produção são inviabilizadas, uma das principais formas de ampliação dos lucros está nas flutuações ascensionais dos preços no mercado externo, cujo reverso, ou seja, as flutuações descensionais, colocam as unidades em sérias dificuldades pela diminuição dos lucros que vão implicar.

- Esta caracterização genérica do movimento da produção e reprodução dos componentes essenciais da estrutura produtiva do sistema de uso extensivo do solo nos permite identificar, por fim, os limites fundamentais que vão se impor à continuidade do movimento.

. Tais limites são determinados por uma contradição, imanente ao próprio processo de reprodução, que se revela no fato de que na medida em que se efetiva este processo se restringe, paulatinamente, a principal condição de sua ocorrência, ou seja, o movimento da reprodução é, ele mesmo, o principal responsável, ao esgotar as áreas em matas, pela inviabilização de suas possibilidades futuras.

- Dadas as próprias características deste sistema de uso do solo cabe, no entanto, distinguir dois momentos dentro do processo geral de restrição ou decadência da capacidade de reprodução deste sistema.

. O primeiro deles é a degradação ou decadência propriamente dita. Definida como a diminuição da capacidade de reprodução que a unidade de produção representa em potencial, a degradação pode ser vislumbrada quando as áreas em matas já não existem em quantidade suficientes, por exemplo, para manter um eventual ritmo significativo de crescimento da produção, em geral condicionado por um movimento ascendente de preços; numa dada região as áreas que se encontram nesta situação quase sempre perdem a primazia de produção para áreas de fronteira, de ocupação mais recente e, portanto, com maiores possibilidades de reprodução e de expansão produtiva (o que não significa, necessariamente, queda da produção absolutos nas áreas em “decadência”).

. O segundo momento constitui a crise da estrutura produtiva que vai se configurar com esgotamento absoluto das matas; neste caso, a impossibilidade de realização do movimento da reprodução ocasiona uma situação que vai se traduzir na diminuição crescente da produtividade, pelo envelhecimento dos cafezais e a impossibilidade de sua renovação até a situação extrema de esgotamento absoluto da produção, quando poderá ocorrer, pelo menos teoricamente, uma alteração na forma de organização da estrutura produtiva.

- Os limites que distinguem uma situação de outra são definidos pela presença das matas no interior das unidades produtivas, que vai representar as possibilidades de reprodução da estrutura produtiva e permitir que as unidades ainda se fundamentem na atividade agroexportadora, apesar desta possuir um dinamismo cada vez menor.

- A crise só se define como crise de uma estrutura voltada para o mercado externo. Em outras palavras, no período da decadência, em que pese os limites para a realização do processo de reprodução e, a partir daí, as restrições para a expansão da produção, a atividade agroexportadora – que, em geral continua constituindo a atividade econômica mais remunerada – ainda é predominante, ou seja, existem condições de manutenção de “*identidade*” do sistema, situação que vai extinguir como resultado do processo da crise.

2.3 Padrões Diferenciados das principais regiões Cafeeiras (texto)

Unidade III– A Economia Cafeeira em Minas Gerais

3.1. Zona da Mata: Questões Historiográficas e Interpretações Recentes

- A historiografia que, direta ou indiretamente, se debruçou sobre a região tem ressaltado os limites que a economia agroexportadora local impingiu ao processo geral da transição capitalista na região. De uma maneira geral, podemos resumir os principais argumentos destas interpretações nos seguintes pontos:

1. a economia agroexportadora que se desenvolveu na Zona da Mata de Minas Gerais teria se fundamentado num regime fundiário marcado pelo predomínio de pequenas e médias propriedades, limitando a capacidade de capitalização das unidades produtivas e dos agentes econômicos com ela identificados; tal situação teria tornado problemática a retenção de excedente econômico na órbita produtiva do sistema e impondo ao capital agrário local uma característica básica: a pequena envergadura.
2. além disso, esta mesma economia teria eleito o núcleo comercial-financeiro localizado no Rio de Janeiro como principal espaço de comercialização dos fluxos da produção da região, caracterizando um importante canal de afluência de recursos gerados na economia cafeeira local para o Rio de Janeiro, tornando novamente problemática a retenção de excedente, desta feita a nível “*macroeconômico*”, ou seja, tomando como referência o conjunto da economia regional e o sistema que nela se definiu;
3. em terceiro lugar, a economia agroexportadora da Mata mineira teria entrado em um processo de crise irreversível, provocado pelo esgotamento dos solos, a partir da abolição da escravidão ou, no mais tardar, com a crise dos preços do início do século XX, marcando uma identidade entre o ciclo cafeeiro local com aquele que caracterizou o Rio de Janeiro e inviabilizando o processo de acumulação do capital cafeeiro e restringindo a dinâmica do sistema econômico regional;
4. por fim, o capital agrário identificado com a economia regional, refletindo as condições gerais da estrutura econômica que o determinava, teria se restringido aos limites da órbita produtiva, não sendo capaz de atingir, no correr de seu processo de acumulação e valorização, setores e atividades externas a ele que em geral são identificados com o universo urbano e capitalista da economia.

- Obviamente que, levando em consideração aspectos como estes e tomando como ponto de partida muito mais características presentes em outros núcleos agroexportadores do que propriamente aqueles tipificam o universo mineiro, esta historiografia vai desconhecer a própria ocorrência da diversificação urbano-industrial na região, ou, quando reconhece, vai procurar suas explicações em condições que não estariam vinculados diretamente à economia cafeeira da região.

* em outras palavras, de acordo com esta corrente historiográfica, o não desenvolvimento de mecanismos próprios de retenção de excedente na esfera das unidades produtivas ou da própria economia regional e a fragilidade do processo de acumulação de capital no setor agroexportador trouxeram como corolário a ausência de um movimento significativo de diversificação econômica, principalmente no que diz respeito à expansão urbano industrial, fundamental para ocorrência do conjunto da transição escravista capitalista.

- O ponto de partida da análise que aqui se apresenta é frontalmente contrário a estas interpretações. Procuraremos demonstrar que a economia agroexportadora que se desenvolveu na região da Zona da Mata de Minas Gerais reuniu condições determinadas tanto por sua dinâmica econômica interna quanto por sua evolução estrutural que acabaram por resultar no referido processo de diversificação urbano-industrial concretizado principalmente em seu núcleo urbano mais importante: o município de Juiz de Fora.

- Para isso, e levando-se em conta as principais colocações das interpretações historiográficas acima consideradas, esta análise vai se constituir em três momentos fundamentais:

1. num primeiro momento procuraremos caracterizar os elementos básicos que determinaram a estrutura produtiva da economia regional: fundamentalmente o regime de propriedade e os principais mecanismos de financiamento da atividade produtiva; o principal objetivo neste momento é a delimitação e o entendimento do significado agrário local;
2. posteriormente nos voltaremos para delimitação da dinâmica da produção agroexportadora regional e do processo de acumulação de capital a ela associada para, a partir daí, verificar o potencial de formação de capital e de excedente econômico no sistema regional;
3. por fim, num terceiro momento, analisaremos os investimentos do capital agrário local tanto no que diz respeito ao seu comportamento tendencial quanto as formas concretas que assumiram, para, a partir daí, verificar sua eventual convergência com o processo de modernização capitalista da economia.

3.2. Regime de Propriedade da Terra e Expansão Cafeeira na Zona da Mata

- No que se refere à distribuição da propriedade fundiária, pudemos perceber, ao contrário das afirmações da historiografia, que predominou o regime de grande propriedade.

Tabela 02

**Participação dos Grandes Proprietários no Conjunto da Área para a Vila do Santo Antônio do Paraibuna*
1855/1856**

EXTENSÃO	NÚMERO	%	ÁREA (ALQ.)	%
-200 alq.	79	78,22	4.058	25,71
+200 alq.	22	21,78	11.723	74,29
TOTAL	101	99,99	15.781	99,99

FONTE: Registros de terra - Paróquia de Santo Antônio do Paraibuna - 1855/56 - Arquivo Publico Mineiro. Apud PIRES, A. Op. Cit. p. 42
* futuro município de Juiz de Fora

* a análise dos registros paroquiais revelou que os grandes proprietários (com propriedades de 200 ou mais alqueires) detinham mais ou menos 80% da área total ocupada no município de Juiz de Fora em meados do século XIX, situação que perdura até o início do século XX, tornando indiscutível o predomínio da grande propriedade na região.

**Tabela 03
Participação dos pequenos proprietários na área de alguns centros produtores de café na Zona da Mata de Minas Gerais
1920**

MUNICIOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS				ÁREA			
	Até 100h	%	+100h	%	Até 100h	%	+100h	%
1. A. Paraíba	224	52. 5	199	47. 0	9.05 8	9.24	88.904	90.75
2. Carangola	1.065	77. 2	468	22. 5	65.7 4	35.8 4	117.68	64.15
3. Cataguases	1.094	76. 2	345	23. 9	38.6 0	29.7 7	91.050	70.22
4. J. Fora	728	54. 8	613	45. 7	26.6 2	9.53	249.64	89.39
5. Leopoldina	586	65. 1	303	34. 0	23.8 5	20.4 9	92.559	79.50
6. M. Espanha	577	67. 2	280	32. 6	23.3 8	20.4 6	90.896	79.53

7. Muriaé	945	74. 9	316	25. 0	36.9 5	31.6 4	79.823	68.35
-----------	-----	----------	-----	----------	-----------	-----------	--------	-------

FONTE: Minas Gerais Segundo o Recenseamento de 1920. pp. 116-27.

* para nós é significativo já que a distribuição da propriedade fundiária, ao se apresentar de maneira concentrada criou, analogamente a outros núcleos de produção agroexportadora, os pressupostos básicos para a retenção de capital no espaço definido pela esfera produtiva.

Tabela 04

Participação das unidades com máquinas de beneficiamento no conjunto das unidades Por década 1870/1929

DÉCADA	PROP. C/ MAQ. BENEF.	PROP. TOTAL	%
1870-79	07	10	70,00
1880-89	08	14	54,14
1890-99	12	17	70,38
1900-09	16	20	80,00
1910-19	09	12	75,00
1920-29	06	18	33,33
TOTAL	58	91	63,73

FONTE: Inventários - Juiz de Fora - 1870/1929

Tabela 05
Participação dos grandes proprietários no valor total dos ativos: escravos, terras e
cafezais
Por década 1870/1929
(valores em libras)

DÉCADA	ESCRAVOS			TERRAS			CAFEZAL		
	G.P.	TOTA LL	%	G.P.	TOTA L	%	G.P.	TOTAL	%
1870/79	25.6 6	50.264	51.0 5	20.6 4	31.295	65.9 5	12.365	20.220	61.
1880/89	31.6 8	48.352	65.5 2	21.5 5	40.782	52.8 4	13.366	26.522	50.
1890/99	---	--	---	18.0 7	29.399	61.4 6	11.185	23.803	46.
1900/09	---	--	---	16.2 4	21.927	74.1 0	8.419	12.074	69.
1910/19	---	--	---	14.9 6	24.380	61.3 9	8.378	12.730	65.
1920/29	---	--	---	13.6 8	24.389	56.0 9	5.293	10.270	57.
TOTAL	57.3 4	98.616	58.1 4	105. 1	172.17	61.0 7	59.006	105.61	55.

FONTE: Inventários - Juiz de Fora - 1870/1929

- Por outro lado, a análise das tendências da produção e da capacidade de geração de excedente por parte do núcleo produtivo cafeicultor revelou que tanto a abolição da escravidão quanto a crise dos preços do início do século não podem ser consideradas como crises estruturais, como quer a historiografia predominante.

Tabela 06

**Média Quinquenal da Produção de Café Minas Gerais 1850/1924
(em arrobas)**

QUINQUÊNIO	PRODUÇÃO DE CAFÉ	ÍNDICE
1851/54	711.732	100,0
1855/59	809.780	113,8
1860/64	1.150.152	161,6
1865/69	1.973.591	277,3
1870/74	2.313.954	325,1
1875/79	2.797.420	393,0
1880/84	4.444.583	624,5
1885/89	5.477.724	769,6
1890/94	5.583.195	784,4
1895/99	8.399.271	1.180,1
1900/04	10.492.749	1.474,2
1905/09	10.791.373	1.516,6
1910/14	8.529.278	1.198,4
1915/19	10.412.385	1.462,9
1920/24	12.519.504	1.759,0

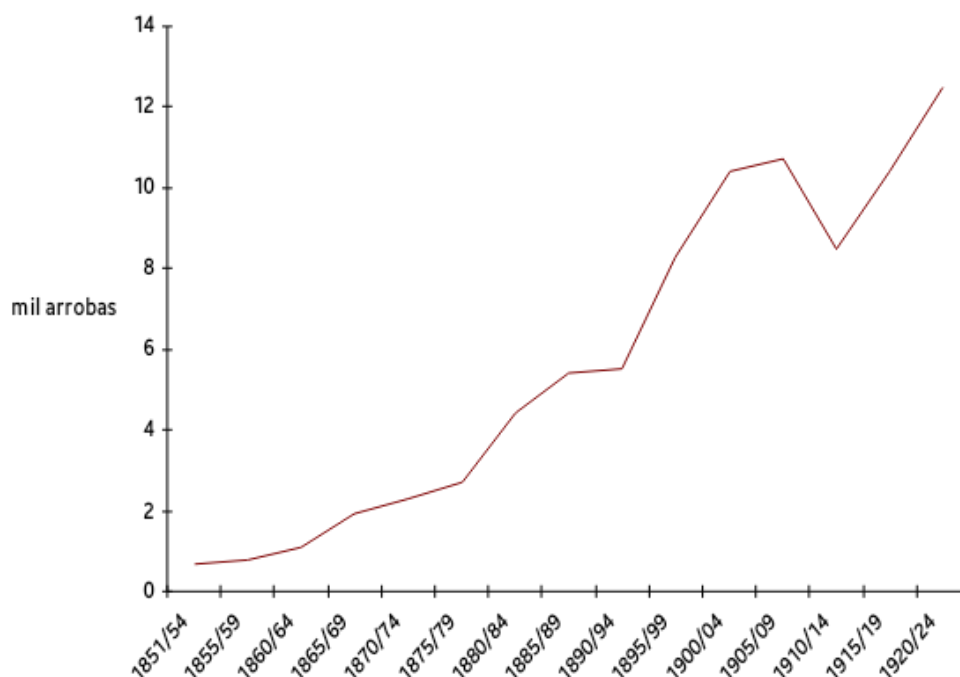
FONTE: Alvim, A. "Confrontos e Deduções" IN: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727/1927). Belo Horizonte. Imp. Oficial, 1929, pp. 73-105. apud GIROLETTI, D. "A Industrialização..." op. cit. p. 155. Apud PIRES, A. Op. Cit. 74

OBS: Para 1855/59 "a média foi calculada em bases da produção de 4 anos por falta de dados para o ano de 1887, na relação do autor citado".

* a análise do comportamento da produção revela que tanto no período posterior à abolição quanto naquele que sucede a crise do início do século, a produção apresenta níveis superiores àqueles que predominam no momento imediatamente anteriores, delimitando estas crises fundamentalmente como crises conjunturais, ultrapassadas por condições favoráveis nos preços e nas condições objetivas da produção.

Gráfico 1

**Evolução da Produção de Café de Minas Gerais Médias Quinquenais
1850/1924**



* tanto no caso da abolição quanto da crise de 1898/1910 havia condições de reprodução econômica nas unidades produtivas, o que pode ser evidenciado pela proporção de terras disponíveis à expansão cafeeira (matas) no interior dessas unidades (aproximadamente 40% na década de 1880 e 16% na de 1910), demonstrando a existência de uma “*fronteira interna*” que foi desconsiderada por parte da historiografia.

Tabela 07
CLASSIFICAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS TERRAS
NAS UNIDADES PRODUTIVAS DE J. FORA
1880/1929
(área em alqueires)

DÉCADA	PASTO	%	MATA	%	CAP.	%	CAF.	%	OUT.	%	TOTA
1880/89	102	6,03	643	38,02	126	7,45	432	25,54	388	22,94	1.691
1890/99	415	25,68	396	24,50	309	19,12	437	27,04	59	3,65	1616
1900/09	819	35,73	658	28,70	53	2,31	444	19,37	318	13,87	2.292
1910/19	1.109	50,15	357	16,14	223	10,08	519	23,47	03	0,13	2.211
1920/29	807	78,80	24	2,34	28	2,73	160	15,62	05	0,48	1.024

FONTE: Inventários - Juiz de Fora - 1880/1929.

OBS: Não foram incluídas as terras sem classificação.

* sendo assim, podemos afirmar que a economia agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais manteve condições de reprodução econômica em seu núcleo produtivo mais importante durante praticamente todo o período da análise, o que garantiu ao capital cafeeiro condições de

acumulação e à economia regional capacidade de formação de excedente econômico; é apenas na década de 1920 que vai se evidenciar o esgotamento das condições da produção agroexportadora (área em matas nas unidades em média algo em torno de 2% da área total e a área em pasto cerca de 80%).

- deve-se ter em mente que este comportamento da produção mineira difere, essencialmente, do mesmo comportamento que caracterizou a produção do Rio de Janeiro, confirmando a existência de um ciclo produtivo diferenciado na zona da Mata de Minas, essencial, como visto, para a sua caracterização como um espaço econômico próprio.

Tabela 08

**Variação Proporcional da Produção Cafeeira do Rio de Janeiro
e da zona da Mata de Minas Gerais**

(PERÍODOS SELECIONADOS)

PERÍODO	R. DE JANEIRO	%	ZONA DA MATA	%
1847/48	6.505.712	89,74	743.707	10,25
1886	8.171.227	65,43	4.316.067	34,86
1888	7.298.533	62,20	4.433.800	37,79
1903/04	4.456.471	42,64	5.993.425	57,35
1926	3.652.668	28,62	9.105.543	71,37

FONTES: 1 Para a zona da Mata – ver tabela 04

2 Para o Rio de Janeiro: 1848 - VIANNA, O. “Hegemonia do Vale do Paraíba - 2ª Império” IN: O Café no 2º Centenário...” vol. 2, p. 517.

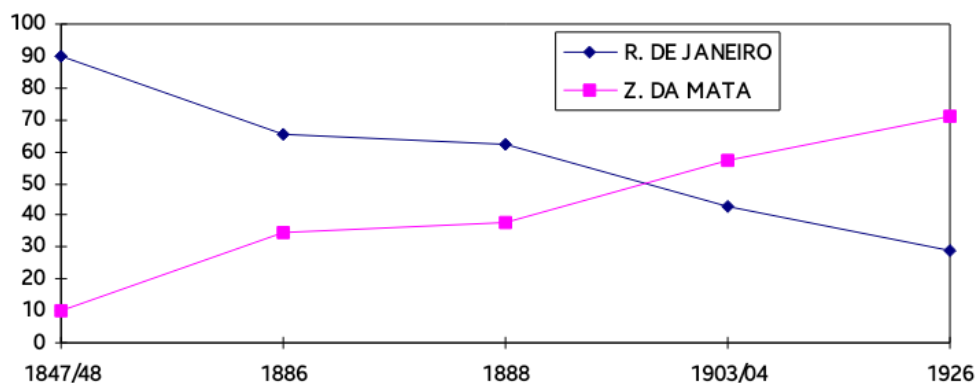
3 1886 e 1888 - MELO, P.C. Op. cit. p. 41.

4 1903/04 e 1926 - “O Café no 2º Centenário...” p. 413.

Apud PIRES, A. (1993). **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora**. Op. Cit. p. 96

GRÁFICO 2

**Evolução Proporcional da Produção de Café:
Rio de Janeiro e Zona da Mata de Minas Gerais
1847/1926**



3.3. Comercialização e Financiamento de Produção

- Quanto as transferências inter-regionais de recursos, decorrentes da intermediação comercial-financeira realizada por agentes localizados no Rio de Janeiro, o surgimento de segmento financeiro local, delimitado e autônomo enquanto setor econômico, ou seja, refletindo o desenvolvimento da divisão do trabalho na economia regional, e concretizado pela fundação do Banco de Crédito Real em 1889, vai abrir pelo menos parcialmente a possibilidade de retenção de excedente no espaço regional.

Tabela 09
Decomposição das Dívidas Passivas: Origem do Capital de Empréstimo para as Unidades Agroexportadoras de Juiz de Fora 1879/1919

DÉCADA	LOCAL	%	R.J.	%	N.IDENT.	%	TOTAL
1870/79	129:488	41,79	144:477	46,63	35:854	11,57	309:819
1880/89	201:135	19,66	768:649	75,16	52:786	5,16	1.022:570
1890/99	197:998	99,39	1:211	0,60	-	-	199:209
1900/09	476:373	77,58	73:868	12,03	63:755	10,38	613:996
1910/19	96:565	88,17	2:263	2,06	10:689	9,76	109:517

(valores em mil-réis)

FONTE: Inventários - Juiz de Fora - 1870/1929. apud PIRES, A. Op. Cit. p. 58

OBS.: Não identificamos nenhuma dívida passiva nas unidades produtoras de café na década de 1920/29.

Tabela 10
Participação do Banco de Crédito Real na Distribuição de Capital para a Lavoura Cafeeira de Juiz de Fora 1890/1919
 (valores em mil-réis)

DÉCAD A	DIV. TOTAL	B.C.R.	%	R.J.	%
1870	309:819	---	---	144:477	46,63
1880/89	1.022:570	---	---	768:649	75,16
1890/99	199:209	143:939	72,46	1:211	0,60
1900/09	613:996	438:776	71,46	73:868	12,63
1910/19	109:517	73:000	66,65	2:263	2,06

FONTE: Inventários Juiz de Fora - 1870/1929.

* em outras palavras, o setor financeiro local ao desempenhar sua função básica de instância intermediadora das relações entre demanda e oferta de crédito geradas no sistema e, principalmente, ao se colocar como agente fundamental de financiamento da estrutura produtiva, vai inviabilizar um canal até então existente de transferência do excedente originado na economia regional para o núcleo comercial-financeiro localizado no Rio de Janeiro.

* tanto a análise do regime de propriedade como a percepção do significado do surgimento do segmento financeiro na economia da Zona da Mata revelam a existência de condições determinadas pela organização e evolução estrutural da economia que vão permitir, ao contrário, das afirmações da historiografia, a retenção de capital tanto na órbita micro quanto na macroeconômica do sistema regional.

3.4. Pré-Condições para o Desenvolvimento Industrial

- Asseguradas as condições da produção agroexportadora e do processo de acumulação a ela associado, estão garantidas as condições fundamentais de dinâmica do sistema econômico definido na região. Analogamente a outros núcleos de produção agroexportadores, este processo de dinâmica econômica determinado pela produção cafeeira acaba por resultar no já referido movimento de diversificação setorial de natureza urbana industrial que pelo menos em duas instâncias se articula ao núcleo produtivo fundamental.

1. quanto ao processo de reprodução da economia agroexportadora: na medida em que esta diversificação se concretiza em uma série de atividades e serviços que se colocam como fundamentais para este movimento de reprodução do núcleo produtivo cafeeiro.

2. quanto ao processo ao processo de acumulação do capital cafeeiro: na medida que as atividades identificadas com setor urbano se constituem como espaço efetivo para o movimento de inversão e valorização do capital identificado com a atividade cafeeira.

- No que diz respeito à primeira articulação, privilegiamos a relação que se estabeleceu entre o processo específico de reprodução da força de trabalho radicada no setor cafeeiro e a expansão da

industrialização em Juiz de Fora, o que remontou a análise para a constituição do mercado de trabalho na região da Zona da Mata;

* aqui, novamente, cabe evidenciar uma outra discordância em relação à historiografia que afirma que na Zona da Mata o mercado de mão-de-obra não teria se efetivado completamente, se concretizando em forma de trabalho sem remuneração monetária (meação) que, portanto, esse contingente de trabalhadores não teria se constituído como mercado consumidor importante para o setor industrial da economia, ao contrário de outros processos de constituição de mercado de trabalho que teriam resultado em relações assalariadas típicas.

Tabela 11

Relações de Trabalho em Alguns Municípios da zona da Mata – 1905

MUNICÍPIO	RELAÇÕES DE TRABALHO
JUIZ DE FORA	contrato, salário, meação
RIO NOVO	meação, salário
S.J. NEPOMUCENO	meação, salário
RIO POMBA	meação, salário, contrato
GUARARÁ	meação, salário, contrato
M. ESPANHA	meação, salário, empreitada
RIO PRETO	meação, salário
VIÇOSA	meação, salário, empreitada
RIO BRANCO	meação, salário, empreitada
ALÉM PARAÍBA	meação, salário, empreitada
MURIAÉ	meação, salário
S. MANOEL	meação, salário, empreitada
CARANGOLA	meação, salário
LEOPOLDINA	meação, salário
CATAGUASES	meação, salário
UBÁ	meação, salário

FONTE: Relatório C. Prates. Apud. LANA, A. op. cit. pp. 147-50 - Anexo I. Apud PIREZ, A. Op. Cit. p.123

* no entanto, a verificação de dados mais próximos de realidade sócio-econômica de um município como o de Juiz de Fora (Resposta da Câmara Municipal ao Inquérito Agrícola de 1895/96) revela que algo em torno de 280 mil libra (+/- 40% da renda das vendas de café) circulavam anualmente no município como decorrência do pagamento de salário e que, as relações de produção que sucederam imediatamente a escravidão podem ter se constituído, em alguma medida, como um mercado de consumo de produtos manufaturados.

Tabela 12

Valores Aproximados dos Recursos Mobilizados com Pagamentos de Mão-de-Obra - Juiz de Fora 1894/1896

DISTRITOS	Nº TRABALHADORES					
	NAC.	EST.	TOTAL	SALÁRIO ANUAL *	RENDA ANUAL CAFÉ ¹	%
P. DAS FLORES	---	---	---	---	---	---
S.J. RIO PRETO	1.000	120	1.120	525:840	900:000	58,42
S.F. MONTE VERDE	156	34	190	178:410	355:500	50,18
S.S. CHÁCARA	467	103	570	356:820	446:550	79,90
M. BARBOSA	1.000	800	1.800	1.126:800	1.650:000	68,29
S. DO DESERTO	2.600	60	3.200	1.502:400	7.900:000	20,03
N.S. ROSÁRIO	---	---	---	---	---	---
CHAPÉU D'UVAS	150	20	170	106:420	120:000	88,68
S.P ALCÂNTARA	2.000	1.500	3.500	2.191:000	2.400:000	91,29
VARGEM GRANDE	1.170	78	1.248	585:936	963:300	60,82
JUIZ DE FORA	---	---	200	156:000	288:000	54,16
TOTAL/M UNI-CÍPIO	8.543	3.255	11.798	6.729:626	14.643:350	45,95

FONTE: Resposta da Câmara Municipal de Juiz de Fora ao Inquérito Industrial de 1895. Arquivo da Prefeitura de Juiz de Fora. Apud PIRES, A. **Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora (1870/1929)**. Op. Cit. p. 135 Tabela 36.

- No segundo caso, podemos verificar as articulações do capital agrário local com o movimento de diversificação urbano-industrial através da análise das formas específicas que assumiram as inversões deste capital. A partir do final do século XIX há um predomínio evidente dos ativos diretamente relacionados a este movimento, as “ações e títulos da dívida pública”, o que para nós é significativo pelo menos em dois sentidos.

1. em primeiro lugar porque evidencia que a aristocracia cafeeira local acompanhou, pelo menos em partes, as tendências de modernização capitalista que marcaram o conjunto do período, afastando as interpretações que insistem em ver nestes agentes econômicos o apego a supostas formas tradicionais (pré-capitalistas) de comportamento econômico.

2. em segundo lugar porque demonstra que aquele capital gerado e retido no núcleo produtivo da economia ultrapassou, no correr de seu processo de valorização, os limites definidos pela produção agroexportadora atingindo e dinamizando os setores urbanos desta mesma economia; a presença das ações é, neste sentido, particularmente significativa, já que em sua grande maioria

se refere a empresas localizadas no município e abrangendo um espectro relativamente diferenciado de setores, indo desde empresas de infraestrutura urbana e serviços públicos até a indústria de transformação propriamente dita, passando pelo próprio setor financeiro e bancário.

Tabela 13
Variação Proporcional da Produção Cafeeira do Rio de Janeiro
e da zona da Mata de Minas Gerais
(PERÍODOS SELECIONADOS)

PERÍODO	R. DE JANEIRO	%	ZONA DA MATA	%
1847/48	6.505.712	89,74	743.707	10,25
1886	8.171.227	65,43	4.316.067	34,86
1888	7.298.533	62,20	4.433.800	37,79
1903/04	4.456.471	42,64	5.993.425	57,35
1926	3.652.668	28,62	9.105.543	71,37

FONTES: 1 Para a zona da Mata – ver tabela 04

2 Para o Rio de Janeiro: 1848 - VIANNA, O. “Hegemonia do Vale do Paraíba - 2º Império” IN: O Café no 2º Centenário...” vol. 2, p. 517.

3 1886 e 1888 - MELO, P.C. Op. cit. p. 41.

4 1903/04 e 1926 - “O Café no 2º Centenário...” p. 413.

Apud PIRES, A. (1993). *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora*. Op. Cit. p. 96

Tabela 14
Localização das empresas com ações presentes no patrimônio de fazendeiros de
Juiz de Fora
(valores em mil réis)

DÉCADA	J. FORA	%	R.J.	%	TOTAL
1880/89	124:825	88,37	16:424	11,62	141:249
1890/99	570:385	79,15	150:232	20,84	720:617
1900/09	95:520	89,50	11:200	10,49	106:720
1910/19	467:440	98,94	5:000	1,05	472:440
1920/29	24:500	96,49	891	3,50	25:391

FONTE: Inventários - Juiz de Fora - 1880/1929

Tabela 15
Principais Empresas com Ações no Patrimônio de Fazendeiros de Juiz de Fora
1870/1929

SETORES	EMPRESAS
RODO-FERROVIÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> ● Cia. União e Indústria ● Cia. União Mineira

	<ul style="list-style-type: none"> ● Cia. Ramal do Rio Novo ● Cia. E.F. J.For a Piau
FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none"> ● Bco. Territorial e Mercantil de MG ● Bco. de Crédito Real de MG
TRANSPORTES URBANOS	<ul style="list-style-type: none"> ● Cia. Ferrocarril de Porto das Flores e Paraibuna ● Cia. Ferrocarril Bondes de JF
ENERGIA ELÉTRICA	<ul style="list-style-type: none"> ● Cia. Mineira de Eletricidade
CONSTRUÇÃO CIVIL/INDUSTRIAL	<ul style="list-style-type: none"> ● Cia. Construtora Mineira
INDUSTRIAL	<ul style="list-style-type: none"> ● Cia. Chimico Industrial Mineira ● Cia. Mechanica Mineira ● Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira ● Cia. Fiação e Tecelagem S. Vicente ● Cia. Laticínios de JF
DIVERSOS	<ul style="list-style-type: none"> ● Soc. Progresso de JF ● Cia. Promotora da Indústria e Melhoramentos ● Academia de Comércio ● Cia. Mutuação Comercial e Agrícola

FONTE: Inventários - Juiz de Fora - 1870/1929. Apud PIRES, A. op. Cit. p. 148

- Os dados reunidos no presente trabalho permitem duas ordens de conclusão:

. Há em primeiro lugar, que se destacar os elementos que apontam no sentido da delimitação da economia regional como uma estrutura (ou “*complexo*”) de natureza agroexportadora definida, mantendo uma autonomia e independência relativa frente a outras estruturas ou “*complexos*” agroexportadores que se desenvolveram no país no mesmo período; há neste sentido, pelo menos duas evidências:

1. a presença de um núcleo urbano no interior do próprio espaço regional, núcleo urbano este que vinha desempenhando suas funções típicas e garantido a reprodução da economia regional como um todo e, nas relações que estabelece com o setor agrário-exportador, permite a percepção de um “*circuito mercantil*” na Zona da Mata, baseado no mercado interno gerado pela atividade cafeeira.

2. deve ser destacado dentro das próprias funções urbanas, aquelas relativas ao setor financeiro, na forma como vão ocorrer, ou seja, com oferta e demanda de recursos monetários se efetivando dentro de um mesmo espaço econômico, demonstrando a existência de um

“CIRCUITO FINANCEIRO” até certo ponto delimitado e próprio da economia da Zona da Mata.

- Por outro lado, no que se refere mais especificamente à temática desta exposição, podemos afirmar que a emergência e o desenvolvimento de uma estrutura urbano-industrial no interior da economia da Zona da Mata se torna impensável fora do contexto econômico em que ocorreu e no qual houve um predomínio visível da atividade agroexportadora, tanto da determinação da renda quanto na formação do excedente no interior da economia.

* o setor agroexportador vai se constituir não só como um mercado para os produtos e serviços oferecidos pelo setor urbano-industrial, como também uma fonte geradora de recursos que, direta ou indiretamente, acabarão por atingir este mesmo setor, estimulando sua diversificação e crescimento no interior da economia regional.

* de qualquer forma, evidencia-se a natureza de reciprocidade nas relações inter-setoriais que se estabeleceram nesta economia, sob a égide do movimento de reprodução e do processo de acumulação de capital efetivados em seu núcleo cafeeiro.